

Novas medidas são estudadas para equilibrar contas

Mudanças na política cambial alteraram os pressupostos em que se baseia o programa acertado pelo Governo com o FMI

Editoria de Arte

Odail Figueiredo

• BRASÍLIA. Embora já tenha conseguido a aprovação do Congresso para medidas que garantem mais da metade da meta de R\$ 28 bilhões do Programa de Estabilização Fiscal, o Governo estuda a adoção de novas providências para equilibrar as contas públicas. O motivo é que a mudança na política cambial alterou os pressupostos em que se baseava o programa de ajuste. A desvalorização do real terá impacto nas contas públicas, pois cerca de R\$ 67 bilhões em títulos federais no mercado são corrigidos pela variação cambial. Além disso, os juros continuarão altos até que a taxa de câmbio se estabilize, e é difícil prever quando isso acontecerá. Os juros altos tem impacto sobre outra parcela da dívida, de cerca de R\$ 205 bilhões.

O Governo ainda está calculando o efeito que a mudança na política de câmbio terá nas contas públicas e no programa acertado em novembro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas, na segunda-feira, depois de mais uma rodada de conversas com o FMI, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, admitiu que novas medidas podem ser necessárias. Até agora, o Governo tem assegurado que está fora de cogitação, por exemplo, o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas. Segundo técnicos da área econômica, há espaço para medidas administrativas ou novos cortes de gastos. A redução de despesas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal é uma alternativa que vem sendo pensada.

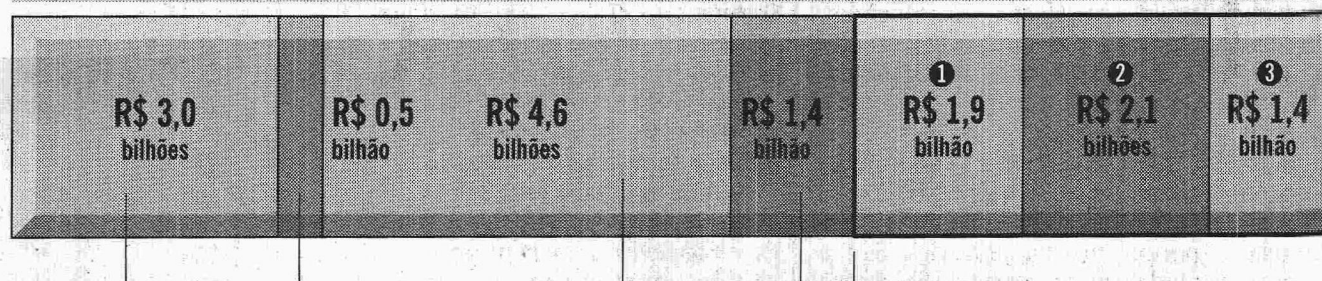
Meta sobre inflação em 1999 terá que ser revista

O que já se sabe é que a desvalorização do real vai implicar a revisão do acordo com o FMI. O Governo havia se comprometido com o fundo a conter em R\$ 17 bilhões o déficit público nos três primeiros meses deste ano. Agora, isso é considerado impossível. Outras previsões do acordo não devem ser cumpridas. O programa previa, por exemplo, que a inflação seria de 2% em 1999, mas ela deve ficar bem acima disso devido à alta do dólar. ■

A RADIOGRAFIA DO AJUSTE FISCAL

APROVADOS

63,5% - R\$ 17,4 bilhões



Reforma da Previdência

Novas regras para a aposentadoria de trabalhadores da iniciativa privada e funcionários públicos. Promulgada no final do ano passado, falta aprovar projetos de lei que regulamentarão alguns pontos

Depósitos judiciais

Incorporação dos depósitos judiciais dos contribuintes à receita do Tesouro Nacional

Aumento da Cofins

Aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de 2% para 3% do faturamento das empresas

Medidas complementares

Para compensar o atraso na votação da CPMF, o Governo baixou em dezembro uma série de medidas complementares, com o objetivo de arrecadar R\$ 6,7 bilhões em 99

1. Aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Já aprovada e em vigor. Vai vigorar apenas enquanto a CPMF não estiver sendo cobrada
2. Mudança no cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas para aumentar a contribuição. Entra em vigor no dia 13 de abril.
3. Antecipação do repasse, para o Tesouro Nacional, de parcela de privatização da Telebrás, que seria feito apenas em agosto de 2000. Já aprovado

APROVADO ONTEM

R\$ 2,5 bilhões

Contribuição de servidores e inativos*

Instituição de contribuição previdenciária para servidores federais inativos e taxa adicional dos servidores em atividade

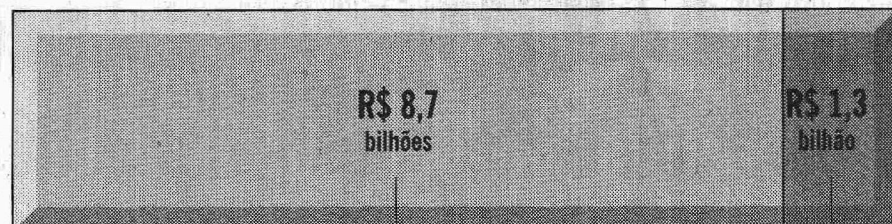
*Receita considerando a cobrança entre maio deste ano e o final do ano 2000. Nas contas do ajuste fiscal, o Governo considerou a entrada de R\$ 2,55 bilhões nos cofres públicos em 1999.

A SER APROVADO

36,5% - R\$ 10 bilhões

Corte no Orçamento de 1999

O projeto de Orçamento deve ser votado na próxima semana



Medidas ainda a serem definidas como parte das medidas complementares para compensar o atraso da CPMF

AUMENTO DA CPMF

Já aprovada no Senado, aumenta a contribuição de 0,20% para 0,38%. Será votada agora, em dois turnos, pela Câmara. Parlamentares estimam que a votação poderá demorar dois meses. Se aprovada, precisará esperar mais 90 dias para entrar em vigor. O valor a ser arrecadado em 1999 vai depender de quando a CPMF entrar em vigor. A arrecadação é de aproximadamente R\$ 600 milhões mensais. Num ano, o aumento da CPMF vai permitir uma arrecadação extra de R\$ 7,3 bilhões

O ROMBO NA PREVIDÊNCIA (R\$ milhões)

